

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015  
(Do Senhor Alex Manente)**

*Requer, no âmbito da Comissão de Turismo, a realização de audiência pública para debater as políticas de apoio à promoção da inclusão social e do acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística do Brasil.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Turismo, para debater políticas de apoio à promoção da inclusão social e do acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística do Brasil, com a presença dos convidados a seguir relacionados:

- Sr. **Henrique Alves**, Ministro de Estado do Ministério do Turismo, ou representante;
- **Antonio José Ferreira**, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- **André Eduardo Bozola de Souza Pinto**, Prefeito Municipal da Estância de Socorro;
- **Acácio José Zavanella**, Diretor de Turismo da Estância de Socorro.
- **Antonio José Ferreira**, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- **Teresa Costa d'Amaral**, superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos de Pessoas com Deficiência (IBDD);
- Representante da ONG Aventura Especial.

**JUSTIFICATIVA**

Após 15 anos de tramitação, o Congresso Nacional finalmente aprovou, este ano, a Lei Brasileira de Inclusão.

A acessibilidade é uma ação inclusiva e necessária e, no Brasil, faz-se urgente tanto uma atuação mais efetiva do Estado, como uma mobilização mais intensa da sociedade. Com o objetivo de discutir o desenvolvimento de políticas públicas efetivas para os brasileiros com deficiência, sugerimos o debate do aperfeiçoamento de medidas como:

- 1) Preparação de profissionais do turismo para bem atender a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.
- 2) Fomento e apoio à especialização e à formação continuada dos atores e parceiros na execução da Política Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

- 3) Prevenção e eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, de forma a propiciar sua plena inclusão na sociedade e a incentivá-la a praticar o turismo no nosso país;
- 4) Disponibilização de informações sobre acessibilidade de empreendimentos e atrativos turísticos do Brasil.
- 5) Monitoramento das normas e diretrizes para acessibilidade.

A Estância de Socorro, uma das oito cidades da região denominada Circuito das Águas Paulista, é um exemplo de cidade que vem trabalhando pela melhoria da acessibilidade. A partir de 2004, todos os setores de serviço de Socorro tiveram o prazo de quatro anos para adaptarem os locais de acesso para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O esporte de aventura, de todas as categorias de turismo, era o mais complexo, pois exigia não só adaptações como rampas de acesso, banheiros, cadeiras, mas também criações de equipamentos que fossem seguros e ao mesmo tempo confortáveis aos praticantes. Em uma ação conjunta entre Ministério do Turismo, ONGs, empresas locais do ramo e a prefeitura da cidade, estudos foram realizados para possibilitar a prática de Turismo de Aventura para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Como contribuir para que os brasileiros com deficiência tenham conforto em suas viagens e sintam-se estimulados a praticar o turismo no nosso país? Como inserir a sociedade nessa luta?

Avaliar a real dimensão desse quadro e ouvir sugestões de como esta Casa pode colaborar com essa luta é a minha proposta para essa audiência, para a qual conto com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, de agosto de 2015

**Deputado ALEX MANENTE**

PPS/SP